

Diálogos entre dois pioneiros do desenvolvimentismo clássico: Lewis, Kalecki e a questão distributiva

Fernanda Graziella Cardoso¹

Gabriel Almeida Antunes Rossini²

RESUMO

Este artigo compara as contribuições teóricas de dois pioneiros da Economia do Desenvolvimento, Arthur Lewis e Michal Kalecki, com ênfase na questão distributiva. Esses pensadores do desenvolvimentismo clássico destacaram as heterogeneidades e especificidades das nações subdesenvolvidas, indicando caminhos para superar o subdesenvolvimento que necessariamente envolveriam o choque de grupos de interesse e/ou classes sociais.

Palavras-Chave: Desenvolvimento; Heterogeneidade Estrutural; Distribuição; Subdesenvolvimento.

ABSTRACT

This paper compares the theoretical contributions of two pioneers of Development Economics, Arthur Lewis and Michal Kalecki, with special emphasis on the distributive issue. These thinkers of classical developmentalism highlighted the heterogeneities and specificities of underdeveloped nations, indicating paths to overcome underdevelopment that would necessarily involve the clash of interest groups and/or social classes.

Keywords: Development; Structural Heterogeneity; Distribution; Underdevelopment.

Área 3 - Método, Teorias Econômicas Heterodoxas e História Econômica

¹ Professora Associada do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da UFABC (CECS-UFABC). Doutora em Economia do Desenvolvimento pela USP.

² Professor Adjunto do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da UFABC (CECS-UFABC). Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp.

1 Introdução

O presente artigo compara a contribuição teórica de dois pioneiros da Economia do Desenvolvimento, Arthur Lewis e Michal Kalecki³, com especial ênfase na questão distributiva. Esses pensadores do desenvolvimentismo clássico apontaram com devido destaque as heterogeneidades e as especificidades das nações subdesenvolvidas, indicando caminhos para a superação do subdesenvolvimento que passariam necessariamente pelo embate de grupos de interesse e/ou de classes sociais.

Guardadas as suas diferenças e até possíveis incompatibilidades, alguns aspectos presentes nas discussões realizadas por esses pioneiros, especialmente as relacionadas ao fator terra, apresentam interessantes relações de complementaridade. Assim, em algumas direções, a combinação de elementos das suas contribuições se mostra potencialmente frutífera. É o que se busca explorar neste texto.

A seguir, recupera-se parte das formulações de Lewis e, posteriormente, de Kalecki. Na última seção, destacam-se paralelos e complementaridades entre as abordagens dos dois autores que, analisadas em conjunto, abrem novas perspectivas para a interpretação econômica e política da condição de subdesenvolvimento.

2 Notas sobre Arthur Lewis

Lewis argumenta que o desenvolvimento só poderia chegar a uma economia agrícola por meio do processo de industrialização. O autor faz da oferta ilimitada de mão de obra não qualificada a hipótese central de seu influente modelo teórico (1969 [1954]⁴, 1960 [1955]). Segundo o autor, essa hipótese possui tal centralidade que a sua desconsideração teria levado os economistas a aconselharem erroneamente os países subdesenvolvidos, na medida em que o excesso de mão de obra não qualificada apresenta consequências dinâmicas importantes ao funcionamento do sistema econômico nacional.

Segundo Lewis, (1969 [1954], p. 408), “há ilimitada oferta de trabalho nos países onde a população é tão numerosa em relação ao capital e recursos naturais, que existem amplos setores da economia em que a produtividade marginal do trabalho é ínfima, nula ou mesmo negativa”. O autor argumenta que a fonte inicialmente inesgotável de trabalhadores que pode impulsionar o desenvolvimento econômico, por meio principalmente da expansão da indústria, resulta das

³ Este artigo se organiza, sobretudo, a partir de Lewis, 1954 e 1955 (aqui nos concentramos, principalmente, no primeiro dos dois modelos de Lewis presente no artigo de 1954 - o de uma economia única subdesenvolvida - e Kalecki, 1943 e 1968, em que, respectivamente, discute os problemas políticos do pleno emprego e compara os problemas de países desenvolvidos e subdesenvolvidos).

⁴ As construções teóricas, que buscaram explicar os problemas intrínsecos do subdesenvolvimento, realizadas por Lewis, no artigo de 1954, “O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra”, lhe valeu o Prêmio Nobel de Economia, em 1979. Logo após Lewis receber o prêmio, Ronald Findlay escreveu que grande parte da economia do desenvolvimento pode ser vista como desdobramento e ramificações das formulações presentes neste artigo (Findlay, 1980, p. 64).

possibilidades do emprego das mulheres fora de casa, do aumento da população decorrente do excedente de nascimentos em relação à mortalidade e do contexto de baixa produtividade no qual estão inseridos os camponeses, os biscateiros, os pequenos comerciantes e os trabalhadores (domésticos e comerciais).

Diversos autores chamaram a atenção para a existência desse tipo de desemprego “disfarçado” no setor agrícola, demonstrando em cada caso que a propriedade familiar é tão pequena que, se alguns membros da família obtivessem outras ocupações, os demais poderiam continuar a cultivar a terra do mesmo modo (teriam, naturalmente, que trabalhar mais: o argumento inclui a proposição de que em tais circunstâncias desejariam trabalhar mais). No entanto, o fenômeno não é de modo algum limitado ao campo. Outro amplo setor em que se verifica é o das ocupações eventuais: carregadores do porto, carregadores de malas, os jardineiros eventuais e assemelhados. Nessas ocupações encontra-se em geral um número de pessoas muito maior do que o necessário e todas recebem quantias muito pequenas com estes tipos de trabalho temporários; frequentemente, o número desses trabalhadores poderia ser reduzido a metade sem que o produto do setor diminuísse. Os vendedores ambulantes também se incluem nessa categoria e são muito encontrados nas economias superpovoadas – cada pequeno comerciante só efetua algumas vendas; (...) O prestígio social exige que se tenham criados e um grande senhor pode ver-se obrigado a possuir todo um exército de empregados que não constituem, na realidade, senão uma pesada carga sobre sua carteira. Isso não ocorre somente no serviço doméstico, mas em todos os setores ocupacionais. A maioria das casas comerciais dos países subdesenvolvidos possui grande número de “mensageiros”, cuja contribuição é desprezível; pode-se vê-los sentados na porta dos escritórios ou passeando pelo pátio (Lewis, 1969 [1954], p. 416).

De acordo com Lewis, se levarmos em conta essas fontes, torna-se evidente que em uma economia subdesenvolvida pode ocorrer a expansão de novas indústrias ou novas oportunidades de emprego sem que ocorra escassez de mão de obra não qualificada. Desta forma, o efeito do desenvolvimento econômico sobre os salários, por muito tempo, é limitado, pois os rendimentos do setor de subsistência estabelecem o mínimo para os salários do setor capitalista – os trabalhadores nas cidades recebem não muito mais do que o salário de subsistência, embora possa haver uma lacuna positiva (conforme apontado na próxima nota).⁵

Relacionada à abundância do fator trabalho, emerge outra especificidade dos países subdesenvolvidos: a chamada dualidade estrutural. Tal conceito parte do reconhecimento de que em

⁵ Cabe pontuarmos que o fluxo de trabalhadores entre os setores atrasado e moderno se justifica pelos salários observados no segundo serem ligeiramente superiores. Segundo Lewis (1969, [1954] p. 423): “há, geralmente, uma diferença de 30% ou mais entre os salários capitalistas e os rendimentos de subsistência (...). Parte dela é ilusória, devendo-se ao custo de vida mais elevado no setor capitalista. Isso pode se dar pelo fato de o setor capitalista estar concentrado em cidades congestionadas, de modo que os aluguéis e os custos de transporte são mais altos. Há, de qualquer maneira, uma diferença considerável também nos salários reais, que pode ser justificada pelo custo psicológico da mudança de um modo de vida despreocupado no setor de subsistência para um ambiente mais disciplinado e urbanizado do setor capitalista. Pode, ainda, ser um reconhecimento de que a mão de obra não qualificada se torna inclusive mais útil para o setor capitalista, após ter permanecido neste por algum tempo, do que o trabalho do homem recém chegado do campo. Ou podem representar uma diferença de padrões convencionais porque os trabalhadores do setor capitalista adquirem gostos e prestígio social que requerem salários reais mais elevados. Esta última explicação é reforçada pelo fato de que os trabalhadores capitalistas se organizam sindicalmente e lutam para proteger ou aumentar os seus salários. Mas esta diferença salarial existe mesmo quando não há sindicatos.”

uma economia com dois setores muito diferentes, as perspectivas de crescimento dependem da forma como estes setores interagem. O dualismo coloca em primeiro plano a existência de hiatos significativos de produtividade entre os setores produtivos de um mesmo sistema econômico nacional. Em geral, há um setor mais moderno, voltado à exportação, com maior produtividade e regido pelas leis de reprodução do capital e há outro atrasado, voltado ao abastecimento do mercado interno, onde a produtividade marginal do trabalho é muito baixa e se observa a ocorrência de subemprego. Tal como afirma o pioneiro, a dualidade estrutural não implica necessariamente a atribuição de atrasado ao setor agrícola (ou à zona rural) e moderno ao setor industrial (ou à zona urbana) – embora, naquele momento histórico do pós Segunda Guerra, geralmente se observasse essa identificação (Cardoso, 2018a). A dualidade possibilita a existência de pequenas ilhas de modernidade em um vasto mar de atraso, o que evidencia que o capital e as novas ideias não se acham difundidos nas formações socioeconômicas subdesenvolvidas.

Não temos uma ilha de emprego capitalista em expansão cercada de um vasto mar de trabalhadores de subsistência, e sim várias pequenas ilhas deste tipo. Isso é muito típico nos países que se encontram nas primeiras fases de desenvolvimento. Verificamos aí algumas indústrias altamente capitalizadas, como a de mineração ou a de energia elétrica, lado a lado com técnicas mais primitivas; algumas grandes lojas para a classe de altos rendimentos, rodeadas de comércio do tipo antiquado; algumas culturas altamente especializadas, cercadas por um mar de camponeses. Mas encontramos também os mesmos contrastes fora da vida econômica. Verifica-se a existência de uma ou duas cidades modernas, com a melhor arquitetura, abastecimento de água, boas comunicações e outras coisas semelhantes, para as quais convergem indivíduos de outras cidades e vilas que poderiam pertencer a outro planeta. O mesmo contraste pode ser observado em relação à população, composta por indivíduos altamente ocidentalizados, bem vestidos, educados nas universidades ocidentais, que falam idiomas ocidentais e desfrutam Beethoven, Mill, Marx ou Einstein, e convivem com a grande massa de seus compatriotas, inseridos em mundos bem diferentes (Lewis, 1969 [1954], p. 421).

Do ponto de vista econômico, além das ilhas serem poucas e com capacidade de absorção de mão de obra reduzida, possivelmente ainda são isoladas, implicando uma descontinuidade da potencialização dos efeitos multiplicadores – e, por conseguinte, de autopropulsão para gerar crescimento e desenvolvimento sustentado – mesmo entre os escassos setores modernos. E sendo o mar de atraso representativo da maior parte da matriz produtiva dos países subdesenvolvidos, deduz-se que a mão de obra está majoritariamente vinculada a tais atividades de baixa ou baixíssima produtividade (Cardoso, 2018a).

Para o pioneiro, quando temos no horizonte a oferta ilimitada de mão de obra e a dualidade estrutural, o desenvolvimento econômico, no contexto do subdesenvolvimento, não seria um objeto adequadamente tratável nem pela economia neoclássica (ao menos nos períodos iniciais), nem pela macroeconomia Keynesiana.

Com relação à economia neoclássica, o autor evidenciou, em diferentes momentos (Lewis, 1969 [1954]; 1979), que se distanciou das formulações dessa escola, pois elas: desconsideram a oferta ilimitada de mão de obra – dentre outras coisas, por não abordam experiências históricas que colocaram em primeiro plano a possibilidade do aumento do investimento não ocasionar elevação dos salários e consequentemente diminuição da taxa de retorno do capital; não avançam na análise das consequências da dualidade estrutural; e afirmam, dado o axioma da escassez, que o capital só tem possibilidade de ser criado deslocando-se recursos da produção de bens de consumo.⁶

O distanciamento de Lewis desta escola de pensamento, tornou-se evidente, por exemplo, quando o autor, durante a cerimônia que lhe concedeu o Prêmio Nobel de Economia em 1979, fez a seguinte afirmação:

Jogue fora a suposição neoclássica de que a quantidade de trabalho é fixa. Uma “oferta ilimitada de mão-de-obra” manterá os salários baixos, produzindo café barato no primeiro caso [setor agrícola] e lucros elevados no segundo caso [setor industrial]. O resultado é uma economia dual (nacional ou mundial), onde uma parte é um reservatório de mão-de-obra barata para a outra. (Lewis, 1979).

Com relação à teoria keynesiana, o pioneiro além de indicar que essa só admite desemprego, e não subemprego (fenômeno característico das economias subdesenvolvidas com oferta ilimitada de mão de obra), afirma que quando foi publicado o livro, *A teoria Geral do emprego do juro e da moeda*, pensou-se que este contribuiria decisivamente para explicar os problemas dos países com excedente de mão de obra, visto que supunha uma oferta de trabalho ilimitada a preços correntes, além de trazer na sua parte final, observações sobre a expansão econômica secular. Contudo, os estudos posteriores revelaram que formulações presentes nesse livro não só supunham oferta ilimitada de trabalho, mas também, e principalmente, ofertas ilimitadas de capital e de terra. E isso era importante tanto a curto prazo, no sentido de que superada a restrição monetária, o limite real à expansão não está nos recursos físicos, mas na oferta limitada de trabalho, quanto no longo prazo, pois a expansão secular vê-se interrompida não pela escassez, mas por uma poupança tornada cada vez mais supérflua.

Aplicadas as soluções defendidas por Keynes, restabelecer-se-ia o sistema neoclássico. Daí não ser o keynesianismo, do ponto de vista dos países que contam com excedentes de trabalho, mais do que uma nota de rodapé do neoclassicismo, embora se trate de uma longa nota, importante e mesmo fascinante. O estudioso dessas economias tem, portanto, de retroceder até aos economistas clássicos para

⁶ “No modelo neoclássico [afirma Lewis (1969 [1954], p. 433)] o capital só pode ser criado retirando-se recursos da produção de bens de consumo. Por outro lado, no nosso modelo há excedente de trabalho e sendo (como supomos) a sua produtividade marginal nula e sendo, de qualquer forma, possível criar capital a partir do trabalho sem retirar terra ou capital escasso de outros usos, o capital poderá ser criado sem redução da produção de bens de consumo. (...) Não se pode obter alimento sem terra, mas pode-se criar estradas, viadutos, canais de irrigação e edifícios com quase nenhum capital.”

encontrar um marco analítico em que possa encaixar de modo relevante os seus próprios problemas (Lewis, 1969 [1954], p. 414).

Em virtude dessas limitações, Lewis afirma, em seu trabalho clássico de 1954, que o propósito deste artigo “não é superar a economia neoclássica, mas, simplesmente, elaborar um esquema diferente para aqueles países que não podem ser encaixados dentro das hipóteses neoclássicas (nem keynesianas)”⁷. O autor explicita que um dos seus propósitos é “descobrir o que se pode aproveitar do marco clássico para resolver os problemas da distribuição, acumulação e crescimento” (Lewis, 1969 [1954], 407). Tal objetivo resulta do fato de os clássicos conjecturarem ou admitirem a existência de oferta ilimitada de mão de obra a salários de subsistência. Ademais, questionaram, por diferentes caminhos e de formas diversas, como a produção pode aumentar ao longo do tempo “e encontraram a resposta na acumulação de capital, explicada pela análise da distribuição de renda. Assim, os sistemas clássicos determinavam simultaneamente a distribuição e o crescimento da mesma (...).” (Lewis, 1969 [1954], p. 406-407).

Mobilizando os elementos que destacamos até aqui (a hipótese de oferta ilimitada de mão de obra; um modelo pautado pela dualidade estrutural; e uma estrutura teórico analítica clássica) Lewis discute o que identifica como o problema central do desenvolvimento econômico para, em seguida, ponderar, mais detidamente, sobre o excedente capitalista.

Tendo em vista a dinâmica de distribuição do produto em uma economia subdesenvolvida, o pioneiro afirma que o problema decisivo do desenvolvimento econômico é que a distribuição do rendimento se altere em benefício da classe poupadora, que, ao contrário dos trabalhadores e dos proprietários agrícolas, em virtude da sua ambição, utiliza o excedente para enfrentar os grandes custos fixos decorrentes da produção de bens de forma moderna, com baixos custos marginais. Segundo o autor:

O problema central da teoria do desenvolvimento econômico é compreender o processo pelo qual uma comunidade que anteriormente não poupava nem investia mais de 4% ou 5% da sua renda nacional, ou ainda menos, se transforma numa economia em que a poupança voluntária se situa por volta de 12% ou 15% do rendimento nacional, ou mais (Lewis, 1969 [1954], p. 428).

A poupança dos trabalhadores é muito pequena. As classes médias poupam alguma coisa, mas em todas as comunidades a poupança das classes médias apresenta, na

⁷ A distância que Lewis estabelece entre as suas formulações e as proposições neoclássicas e keynesianas é indicada em diferentes momentos do seu artigo clássico. Tal distanciamento é evidenciado, por exemplo, quando o pioneiro discute as consequências do aumento da formação de capital sobre a produção de bens de consumo. Vejamos: “No modelo neoclássico, o aumento da formação de capital tem que se acompanhar de uma diminuição correspondente da produção de bens de consumo, visto que os recursos escassos podem ser dedicados a uma coisa ou outra. No modelo keynesiano, o aumento de formação de capital também aumenta a produção de bens de consumo e se o multiplicador passa de dois, a produção de bens de consumo aumentará ainda mais que a formação de capital. No nosso modelo, a formação de capital eleva-se, mas a produção de bens de consumo não é imediatamente afetada. Este é um dos casos cruciais em que é importante que se esteja seguro de estar empregando o modelo correto, ao ter-se que dar conselhos de política econômica.” (Lewis, 1969 [1954], p. 432).

prática, poucas consequências para o investimento produtivo (Lewis, 1969 [1954], p. 430).

O agricultor deseja mais terra e não mais capital na sua terra (a não ser que seja um agricultor capitalista moderno), de modo que sua paixão é dissipada, simplesmente, em alterações de preço e distribuição de terras [além de consumo supérfluo⁸]. O comerciante deseja uma margem mais ampla ou um giro do capital mais rápido e nenhuma dessas coisas aumenta o capital fixo. O banqueiro visa a um maior número de depósitos. Somente a paixão do industrial leva à utilização dos lucros para a criação de um império de tijolos e capital⁹. (Lewis, 1969 [1954], p. 441 e 442).

No modelo que propõe, Lewis responde à seguinte pergunta: “Se a poupança nos interessa, devemos concentrar a nossa atenção nos lucros e rendas”; deste modo, “em quais circunstâncias aumenta a participação dos lucros no rendimento nacional?” (Lewis, 1969 [1954], p. 430).

No modelo que propõe, Lewis responde à pergunta acima, indicando que inicialmente o rendimento nacional é formado fundamentalmente pelo rendimento de subsistência. Em seguida, avança afirmando que se o aumento da população for prescindido e se considerarmos que o produto marginal do trabalho é nulo, o rendimento de subsistência permanecerá durante todo o processo de expansão, visto que, dada a oferta ilimitada de mão de obra não qualificada, o trabalho pode ser transferido para o setor capitalista em expansão sem reduzir a produção de subsistência. Tal processo aumenta o excedente capitalista e o lucro dos capitalistas, não em detrimento da parcela dos salários, e sim da parcela da renda da terra no produto líquido, mesmo porque, como já indicado, no âmbito da estrutura dual, o setor moderno se aproveitaria da dinâmica do setor atrasado, pois o nível de salários do setor capitalista é condicionado pelo que se ganha no setor de subsistência.

A chave do processo de expansão, por conseguinte, estaria na distribuição funcional da renda. A repartição da renda em benefício da classe poupadora e a rápida acumulação de capital que ela pode propiciar é a questão principal do desenvolvimento econômico. Assim, a utilização que se faz do excedente capitalista é central, pois na medida em que este é reinvestido a fim de criar novo capital, o setor moderno amplia-se, transferindo-se maior número de trabalhadores do setor de subsistência para o setor capitalista.

O fato, cabe destacarmos, do rendimento do setor capitalista estar atrelado ao nível de salários desse setor e esse, por sua vez, depender da remuneração prevalecente no setor de subsistência, possui grande relevância política, visto que isso incentiva os capitalistas a manter baixa a produtividade dos trabalhadores do setor atrasado. Assim sendo, os proprietários de

⁸ Segundo Lewis, “os economistas britânicos do século XVIII pressupunham que a classe de proprietários de terra era mais propensa ao consumo supérfluo do que ao investimento produtivo e isso é verdadeiro para os proprietários de terra dos países subdesenvolvidos” (Lewis, 1969 [1954], p. 432).

⁹ É interessante notarmos que, diferentemente das formulações de Lewis, para diferentes intérpretes - por exemplo Furtado (1974) -, os capitalistas residentes em países subdesenvolvidos, em virtude de profundo mimetismo cultural, destacam-se pelo consumo conspicuo.

plantações não têm interesse em possibilitar aos camponeses novos conhecimentos técnicos e usarão, como de hábito, a sua influência, em diferentes esferas, para promover o seu interesse. “Não apoiarão as propostas de assentamento e, pelo contrário, tratarão de expulsar os camponeses de suas terras. (Cf. Marx sobre a "Acumulação Primitiva"). Esse é um dos piores aspectos do imperialismo.” (Lewis, 1969 [1954], p. 422).

Os imperialistas investem capital e alugam a mão de obra; o seu lucro depende da manutenção de salários baixos, e mesmo quando não tornam a economia de subsistência mais pobre será raro vê-los tomar qualquer providência para torná-la mais produtiva. A história de todas as potências imperialistas na África é, na realidade, a história do empobrecimento da economia de subsistência, seja subtraindo a terra à população, seja exigindo trabalho forçado no setor capitalista, ou criando impostos que obriguem a população a trabalhar para os patrões capitalistas. Em comparação com o que gastam para melhorar a agricultura de *plantation* ou a mineração, o gasto com melhorias da agricultura na África tem sido ínfimo. A incapacidade do imperialismo em elevar os padrões de vida não deve ser totalmente atribuída ao interesse próprio, mas há várias localidades em que ela pode ser diretamente relacionada aos efeitos do investimento imperialista de capital na agricultura ou na mineração (Lewis, 1969 [1954], p. 423).

Ao considerar mais detidamente o excedente capitalista com o fim de justificar as suas conclusões, Lewis recupera, demonstrando uma excepcional capacidade de síntese, algumas formulações de Malthus e de Ricardo. Segundo o pioneiro, enquanto Malthus questionava se excedentes cada vez maiores teriam como consequência a superabundância, Ricardo afirmava que essa não ocorreria, já que aquilo que os próprios capitalistas não consumissem seria utilizado para pagar os salários dos trabalhadores a fim de criar maior volume de capital fixo e esse tornaria possível que, no momento seguinte, fosse direcionado maior número de trabalhadores para o setor capitalista. Tendo em vista este argumento, Malthus, segundo Lewis, teria perguntado: “por que os capitalistas produziram mais capital a fim de produzir maior excedente que só poderia ser utilizado para produzir mais capital e assim *ad infinitum*?” (Lewis, 1969 [1954], p. 427).

Se não quiserem acumular, [afirmava Ricardo, segundo Lewis] consumirão em vez de poupar; uma vez que não haja propensão ao entesouramento, não haverá superabundância (...). Malthus levantou, então, outro problema: suponhamos que os capitalistas poupam e investem, sem entesourar. O fato de que o capital aumenta mais rapidamente que o consumo não deveria levar a uma diminuição da taxa de lucro do capital até que chegasse o momento em que se decidisse que não vale a pena investir? Ricardo afirmava ser isto impossível; como a oferta de trabalho é ilimitada, pode-se sempre encontrar emprego para qualquer quantidade de capital (...). No modelo clássico [Lewis continua] a oferta ilimitada de trabalho significa que a relação capital/trabalho e, portanto, a taxa do excedente, pode manter-se constante para qualquer quantidade de capital (...). O único problema é que pode dar-se uma escassez de recursos naturais de modo que, ainda que os capitalistas obtenham boa quantidade de mão de obra, terão de pagar rendas cada vez maiores aos proprietários de terra. Era isto o que preocupava Ricardo. Para ele era importante distinguir entre a parte do excedente que se dirige aos proprietários de

terra e a parte que se dirige aos capitalistas, pois ele acreditava que o desenvolvimento econômico aumenta, inevitavelmente, a escassez relativa da terra. Hoje em dia não temos tanta certeza disso. O desenvolvimento certamente incrementa fantasticamente as rendas das propriedades urbanas, mas seu efeito sobre as rendas rurais depende da taxa de progresso técnico na agricultura, que foi gravemente subestimada por Malthus e Ricardo (Lewis, 1969 [1954], p. 427).

Se presumirmos, portanto, progresso técnico na agricultura, inexistência de entesouramento e mão de obra ilimitada a um salário constante, a taxa de lucros do capital tende a aumentar, visto que o volume de capital define o número de trabalhadores empregados e todos os lucros do progresso técnico do setor capitalista se dirigem aos capitalistas. Na medida em que o excedente é reinvestido a fim de criar novo capital, o setor capitalista amplia-se incorporando maior número de trabalhadores e possibilitando excedentes cada vez maiores. O processo continua até que desapareça o excedente de mão de obra ou até que os salários aumentem em detrimento do excedente, a despeito do contínuo crescimento populacional. Esta última situação pode ocorrer, tal como argumenta Lewis, “por um aumento do preço dos bens de subsistência ou porque o preço não diminui tão rapidamente quanto o exige o aumento da produtividade *per capita* no sector de subsistência ou porque os trabalhadores capitalistas elevarem o seu nível de subsistência” (Lewis, 1969 [1954], p. 447).

Avançando em sua análise, o autor destaca o problema sociológico da necessidade do surgimento de uma classe capitalista, isto é, de um grupo de pessoas que pensam em termos de investimento produtivo de capital. O pioneiro observa que o surgimento desses capitalistas estaria provavelmente condicionado à existência de novas oportunidades de mercado, associadas a alguma nova técnica de produção que aumente a produtividade do trabalho, processos que podem ser impulsionados pelo crédito bancário. Uma vez surgido o setor capitalista, afirma Lewis, basta aguardarmos certo tempo para que ele atinja uma dimensão importante. “Se pouco progresso técnico estiver ocorrendo, o excedente só aumentará lentamente. Mas se, por uma razão, as oportunidades de utilização produtiva do capital aumentarem com rapidez, o excedente também aumentará rapidamente e, com ele, a classe capitalista” (Lewis, 1969 [1954], p. 433).

Tendo em vista as possibilidades decorrentes do crédito bancário, o pioneiro advoga que se “uma comunidade for dotada de escasso capital e possui recursos ociosos que podem ser empregados para gerar capital, parece aconselhável (...) que sejam utilizados desse modo, embora isto signifique a criação de dinheiro adicional para financiar o novo emprego” (Lewis, 1969 [1954], p. 434). Tal movimento resultaria no aumento da produção e do emprego da mesma forma que ocorreria com o capital financiado mediante lucros. A diferença entre o capital financiado por crédito e o financiado por lucros residiria nos efeitos imediatos sobre a dinâmica inflacionária, resultante da quantidade fixa dos bens de consumo ser redistribuída pelos trabalhadores recém

empregados – neste momento importa lembrarmos que Lewis se afasta das formulações neoclássicas e admite que a formação de capital pode ocorrer mantendo-se inalterada a produção de bens de consumo.

O processo de elevação dos preços, efeito da “abertura da torneira monetária” (Lewis, 1969 [1954], p. 435), não prossegue, contudo, indefinidamente, afirma Lewis. Em uma economia na qual o governo tem controle estrito sobre as transações exteriores, por um lado, a inflação é minimizada pela ação das autoridades bancárias que tendem a alternar curtos períodos de ampliação de crédito com períodos agudos de restrição, por outro, o aumento dos preços se encerra quando a poupança voluntária aumenta até que se iguale ao maior nível do investimento.¹⁰ Tendo em vista que a poupança é função dos lucros, isto significa que haverá inflação até que os lucros aumentem tanto, em relação à renda nacional, que os capitalistas possam financiar novas expansões de capacidade produtiva com os seus próprios lucros sem recorrer à expansão monetária. O equilíbrio é assegurado pela elevação da relação lucros/rendimento nacional, o que é possibilitado quando os rendimentos reais dos capitalistas aumentam mais depressa que os dos demais.

No bojo das suas formulações sobre o processo inflacionário em uma economia única e subdesenvolvida, um momento já adiantado do seu artigo de 1954, Lewis enfim incorpora, marginalmente, o governo na sua análise. Afirma que “muitos dos governos de países atrasados estão também ansiosos por utilizar o excedente de mão de obra para a formação de capital (...), [pois] muita coisa pode ser feita com trabalho e algumas ferramentas (estradas, irrigação, represas, escolas, etc.)” (Lewis, 1969 [1954], p. 439). Os governos, logo, podem interferir no processo de acumulação de capital e a inflação que promovem pode ser relevante.

Após indicar que a partir da Segunda Guerra Mundial os governos dos Estados industriais modernos apoderam-se, através de impostos, de cerca de 40% a 50% dos rendimentos marginais, e que isso constitui uma das maiores razões para minimizar os seus aumentos de preços, a despeito da forte pressão sobre os recursos para formação de capital, defesa, etc., Lewis aborda o efeito da inflação sobre a distribuição do rendimento. Afirma que o dinheiro excedente aumenta os preços, alguns mais que outros e que o governo conseguirá controlar apenas parcialmente tal dinâmica, pois “é fácil aplicar o controle dos preços às empresas de grande escala, mas torna-se muito difícil evitar que os camponeses aumentem os preços dos alimentos ou que os pequenos comerciantes obtenham amplas margens.” Em seguida, após mais uma vez enfatizar o papel central das indústrias, conclui que: (i) “a inflação é mais útil à formação de capital nas comunidades industriais [pois, o trabalho dos industriais “é do tipo em que o paixão pelo êxito resulta na formação de capital” (Lewis, 1969 [1954], p. 441)], ao passo que nos países onde a classe industrial é insignificante, não se aproveita nada no término da inflação, exceto o investimento que deu início a ela” (Lewis, 1969 [1954], p.

¹⁰ Numa economia aberta, contudo, a inflação pode destruir o balanço de pagamentos. Cf. Lewis (1969), p. 440.

442); (ii) A elevação de preços continua enquanto a comunidade não desejar entesourar uma quantidade igual ao gasto de investimento acrescido ou até o momento em que a poupança seja utilizada para pagar novos ou maiores impostos ou na compra de obrigações do governo, fazendo com que esse possa financiar os novos investimentos por meio de maior arrecadação ou empréstimos, em vez de emitir dinheiro novo.

Com relação aos governos, em outros momentos Lewis (1960 [1955]) chama atenção para o fato de que, no contexto das nações subdesenvolvidas, como os problemas de mercado e os altos custos iniciais de novos setores de atividade constituem importantes empecilhos à industrialização desses países, se não fossem adotadas medidas diferenciadas – tais como políticas protecionistas – e se não existissem instituições eficazes, o hiato entre os países subdesenvolvidos e as nações industrializadas continuaria a ampliar-se. Por isso também o papel dos governos e das instituições nas nações atrasadas seria tão estratégico para estimular o desenvolvimento. Tendo em vista que o desenvolvimento não é um processo espontâneo, esses personagens devem possibilitar um ambiente que fomente o esforço de economizar, o aumento do conhecimento e sua aplicação, e a expansão do volume de capital *per capita*.

Para o autor, tendo como objetivo o desenvolvimento econômico, as finalidades mais relevantes das instituições são, por um lado, fomentar a superação dos elementos que caracterizam o subdesenvolvimento (atraso tecnológico, baixo investimento e baixa dotação de capital *per capita*, resultando em uma baixa renda *per capita*) e, por outro, impulsionar o grau de liberdade dos agentes econômicos e atuar como retroalimentadoras do desenvolvimento. Além disso, há que se notar que o ajustamento das instituições às condições econômicas vigentes pode ser um processo penoso, desequilibrado e incompleto. Implicar às instituições um papel de retroalimentador positivo não significa que, uma vez posto o desenvolvimento em marcha, esse ocorrerá para sempre, mesmo porque o desenvolvimento resulta de estímulos sucessivos, mas com alcance em alguma medida limitado. Portanto, embora a disponibilidade de capital seja condição necessária, não é suficiente para que se configure um processo de desenvolvimento, pois, se não houver ambiente favorável ao seu aproveitamento, acabará sendo desperdiçado (Lewis, (1960 [1955])).

No final da primeira parte de seu artigo de 1954, Lewis além de resumir o modelo exposto até então, afirma que, ao desaparecer o excedente de trabalho, o modelo de economia fechada perde sua validade e, assim sendo,

em vez de nos concentrarmos num país e examinar a expansão de seu setor capitalista, devemos considerar agora esse país como parte do setor capitalista em expansão na economia mundial como um todo, indagando de que modo a distribuição de renda e a sua taxa de acumulação de capital são afetadas pelo fato

de existir trabalho em abundância em outros lugares, a salários de subsistência (Lewis, 1969 [1954], p. 448).

Neste segundo momento, Lewis, ao realizar considerações sobre a economia aberta, faz nova contribuição notável. O pioneiro constroi um modelo dos termos de troca entre manufaturados e produtos primários, novamente a partir de matriz teórica clássica, no qual afirma que o preço mundial dos produtos manufaturados, em relação aos preços dos produtos tropicais, é determinado pelos custos de oportunidade relativos do trabalho na produção de alimentos. Assim, o salário do trabalhador siderúrgico em um centro industrial dos EUA é governado pela produtividade do agricultor do sul desse país, enquanto o salário percebido pelos trabalhadores vinculados ao café, no Brasil, é determinado pela produtividade mais baixa da agricultura de subsistência camponesa. Por meio dessa formulação, Lewis explica por que um bem industrial, no mercado mundial, comanda muitas unidades de café¹¹ (Findlay, 2008).

Lewis, ademais, destaca o papel das exportações e do financiamento externo. Por conta das deficiências do mercado interno presentes nos estágios iniciais de desenvolvimento e dos próprios efeitos sobre a procura efetiva em outros setores, em geral, a produção para exportação pode ser ponto de inflexão que impulsiona a economia em direção ao progresso¹². No entanto, concentrar-se somente no setor exportador pode ser arriscado, especialmente por conta dos efeitos sobre os termos de troca, tal como preconiza a tese Singer-Prebisch. O desejável nestes casos é que se aproveite o impulso externo por meio do setor exportador para que o dinamismo passe a ser preponderantemente dependente do impulso interno..

No mesmo sentido, considerando o contexto de escassez de capital dos países subdesenvolvidos, a possibilidade de recorrer a recursos externos pode desempenhar papel importante. No entanto, Lewis destaca que, a menos que as nações atrasadas, receptoras de influxos de capital, transformem esse influxo em um aumento de produtividade das mercadorias consumidas internamente, não haveria impacto sobre os salários reais. Além disso, há que se notar que o fluxo de capital dos países desenvolvidos aos subdesenvolvidos também estaria sujeito a empecilhos por conta, em boa medida, das próprias deficiências dos países subdesenvolvidos. A explicação para tal seria a emergência do círculo vicioso da carência de capital, uma vez que a produtividade de determinado investimento depende dos investimentos anteriormente realizados (Cardoso, 2018a).

Chamamos atenção, por fim, para o fato de que Lewis ressalta que os pontos cruciais do processo de desenvolvimento são justamente o seu início e o seu fim, o qual corresponderia a um declínio secular. Com relação ao início do processo, o autor evidencia as dificuldades que podem emergir quando se observa uma concentração de esforços em apenas um setor da economia.

¹¹ Diferentes aspectos relativos à dinâmica das economias abertas podem ser encontrados no livro - Lewis, 1978.

¹² No livro *The Principles of Economic Planning* (1956), Lewis defendeu a industrialização para exportação como forma de superar o subdesenvolvimento, por exemplo, no caso da Jamaica.

Segundo o autor, os diversos setores deveriam crescer de maneira relacionada, caso contrário não poderiam crescer, pois a inovação em determinado setor acabaria sendo freada.¹³

Quanto ao declínio secular, Lewis destaca uma série de armadilhas em que poderiam cair as nações em virtude do próprio processo de desenvolvimento, dentre elas o esgotamento dos recursos naturais, uma invertida desfavorável (ao investimento de capital) da distribuição de renda e o próprio esgotamento das inovações. Além disso, vale destacar novamente que, sob a perspectiva do pioneiro, após um prolongado período de desenvolvimento, seguia-se necessariamente um crescimento mais lento, a estagnação ou mesmo a franca decadência.

3 Notas sobre Michal Kalecki e o desenvolvimento

Michal Kalecki nasceu, em 1899, na importante cidade industrial de Lodz, na Polônia, e faleceu em Varsóvia, em 1970. Seu pai, Abram Kalecki, foi dono, até 1913, de uma modesta fábrica de fios que permitiu uma vida confortável à família. A revolução de 1905, no Império Russo, contudo, impactou profundamente Lodz. Em virtude das violentas tentativas das autoridades de reprimir a revolta, a cidade vivenciou, além da ocupação de fábricas por trabalhadores, diversos conflitos armados. A despeito dos grandes proprietários e das autoridades de diferentes esferas terem imposto a lei marcial, a agitação social se estendeu até a deflagração da Primeira Guerra Mundial (Toporowski, 2023).

O jovem Kalecki conclui a sua educação escolar em um ambiente de insegurança e agitação e, a partir de 1915, de relativa pobreza decorrente da ocupação alemã. Após estudar engenharia em Varsóvia e depois em Gdansk, voltou para Lodz, onde trabalhou como jornalista (Toporowski, 2023). Escreveu principalmente sobre negócios e finanças, tornando-se especialista em corporações internacionais que dominavam a mineração e a manufatura na Polônia. Neste período, de forma autodidata, aproximou-se mais da economia, sobretudo, por meio das obras de Marx e da marxista polonesa Rosa Luxemburgo. Por ser autodidata, ficou livre das inibições e preconceitos que acompanhavam uma formação majoritariamente neoclássica (Sawyer, 2008).

Seus estudos e sua experiência como jornalista o levaram a trabalhar como pesquisador, em 1929, no recém criado Instituto de Investigação de Ciclos Econômicos e Preços em Varsóvia, onde conheceu o acadêmico marxista Oskar Lange. Aí, estudou e escreveu sobre ciclos econômicos e a economia industrial e publicou o Ensaio sobre a teoria do ciclo econômico, texto no qual o autor, distanciando-se da ortodoxia neoclássica, discutiu pela primeira vez, de forma mais detida, que as forças de mercado não possibilitam equilíbrios estáveis com pleno emprego dos recursos disponíveis às economias capitalistas, mas, na verdade, fazem com que elas se movimentem entre

¹³ Assim como Rosenstein-Rodan (1944), Lewis entendia que o crescimento deveria ser um processo equilibrado, ou seja, com diversos setores da economia crescendo simultaneamente (Cardoso, 2018a).

booms e quedas (Toporowski, 2013 e 2023). No momento seguinte, por meio de uma bolsa da Fundação Rockefeller obtida em 1936, estudou na Suécia e depois na Inglaterra, onde permaneceu pelos dez anos seguintes. Durante a Segunda Guerra Mundial, contribuiu com o Instituto de Estatística da Universidade de Oxford. Depois de trabalhar para o Bureau Internacional do Trabalho em Montreal, Canadá, entre 1945 e 1946, Kalecki foi nomeado vice-diretor de uma seção do departamento de economia do secretariado das Nações Unidas em Nova Iorque, participando da preparação dos Relatórios Econômicos Mundiais. Em virtude do que considerou intervenções macarthistas nos relatórios em que trabalhava, demitiu-se da ONU em protesto. Kalecki regressou à Polónia em 1955. Entre 1955 e 1964, foi consultor em planejamento econômico no governo e depois na Comissão de Planejamento Polonesa. Foi professor e pesquisador da Academia Polonesa de Ciências, entre 1955 e 1961 (Sawyer, 2008).

A partir de 1959, organizou, com Oskar Lange e Czeslaw Bobrowski, seminários sobre a dinâmica de desenvolvimento do Terceiro Mundo. Estes encontros e discussões foram relevantes, dentre outras coisas, para a constituição do Departamento de Problemas Econômicos dos Países em Desenvolvimento, na Universidade de Varsóvia e na Escola de Planejamento e Estatística (Long, 1974). Após 1961, contribuiu, principalmente, com as atividades da Escola Central de Planejamento e Estatística, além de criticar as autoridades políticas da Polónia. Tais críticas residiam no fato de o governo, declaradamente socialista, não conseguir garantir a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores, pois almejava, sobretudo, objetivos futuros (superioridade militar e expansão industrial) em detrimento do fornecimento de bens de consumo básicos para os trabalhadores – daí decorreram, por exemplo, as chamadas crises da carne vivenciadas pela população polonesa (Toporowski, 2023).

Conforme Cardoso (2018b), Kalecki, além de ser considerado pioneiro do desenvolvimento econômico, referência do desenvolvimentismo clássico assim como Arthur Lewis é, ao lado de Keynes, precursor de uma abordagem fundadora da macroeconomia moderna e base da abordagem macroeconômica heterodoxa subsequente. Porém, diferentemente de Keynes, Kalecki desenvolveu sua teoria sem qualquer influência marshalliana; sua principal influência teórica é a de Marx.

Kalecki reconhecia em sua formulação teórica (1985[1954]) a divisão da sociedade em classes, trazendo implícitas nas suas teorias dos preços e da distribuição da renda as relações de poder (de mercado ou de classe) típicas do sistema capitalista (Cardoso, 2018b). Kalecki ressaltou, tal como afirmou Joan Robinson (1974, p. 8), “muito mais do que Keynes, o elemento político em todos os desenvolvimentos econômicos e colocou no centro do argumento a questão clássica, a qual Keynes estava inclinado a não tratar, a respeito da divisão da produção mundial entre as classes da comunidade”.

De acordo com Cardoso (2018b), uma das implicações mais marcantes do modelo kaleckiano, é a identificação da dualidade do papel do investimento. O investimento, enquanto componente de demanda, ao mesmo tempo em que gera estímulos à demanda agregada, também desempenha papel na esfera da oferta, pois cria capacidade produtiva. A maior capacidade produtiva, por sua vez, pode resultar em desestímulo à consecução de novos investimentos, a menos que essa seja acompanhada de uma maior demanda que possibilite, ao menos, a manutenção da lucratividade anterior.

No caráter dual do investimento, portanto, residiria parte da explicação do motivo de não haver utilização plena dos recursos de uma economia e das conseqüentes flutuações no nível de atividade econômica – que são corroboradas e impulsionadas por possíveis restrições financeiras e tendências tecnológicas de longo prazo. Nas palavras do autor:

Vemos que a pergunta ‘o que causa as crises periódicas?’ poderia ser respondida brevemente: é o fato de que o investimento não apenas é produzido, mas também é produtor. O investimento considerado como despesa é a fonte de prosperidade, e cada aumento dele melhora os negócios e estimula uma posterior elevação do investimento. Mas, ao mesmo tempo, cada investimento é uma adição ao equipamento de capital, e desde logo compete com a geração mais velha deste equipamento. A tragédia do investimento é que ele causa crise porque é útil. Sem dúvida, muitas pessoas considerarão paradoxal essa teoria. Mas não é a teoria que é paradoxal, e sim seu objeto: a economia capitalista (Kalecki, 1939, p. 148 e 149).

Segundo Kalecki, o problema da subutilização de recursos é inerente a uma economia capitalista desenvolvida, pode ocorrer em qualquer momento e não resulta, como advogam os neoclássicos, da insuficiente inelasticidade de preços e salários. Em uma situação na qual há prevalência de pleno emprego, parte do produto nacional será consumida pelos trabalhadores e pelos capitalistas e outra não será consumida, pois resulta do fato de parte do lucro ser poupado. Se o investimento absorver esse excedente, o pleno emprego será mantido, contudo se, em razão, por exemplo, de aprofundamento das incertezas acerca do futuro, o aumento da capacidade produtiva não absorver a poupança capitalista, parte do produto permanecerá não vendido. Nesta situação, a produção, o emprego, a renda, o consumo e a poupança diminuirão. Esse processo ocorrerá até que o nível de renda nacional possibilite a igualdade entre a poupança e o patamar prevalecente do investimento.

Esse cenário de descenso econômico pode ser atenuado ou mesmo revertido por meio de despesas governamentais. Assim, “uma das contradições básicas do sistema capitalista [pode ser] solucionada por uma espécie de truque financeiro (...). A artificialidade do subemprego de recursos é superada pela artificialidade do truque financeiro representado pelas despesas governamentais” (1980 [1968], p. 131) financiadas por meio do déficit orçamentário e, logo, por empréstimos ad hoc. Do ponto de vista da criação da demanda efetiva, interessa pontuarmos, não é relevante a finalidade

da despesa governamental. Entretanto, é certamente mais racional direcioná-la, tal como pondera Kalecki, para ampliação da capacidade produtiva ou para reduzir os impostos e assim permitir o aumento do consumo popular. Segundo o pioneiro, no capitalismo o excedente econômico gerado é, em certa medida, destinado a produzir armamentos – movimento pronunciado ao longo, por exemplo, da guerra fria.

Assim, a economia é mantida pelas despesas em armamentos e o povo tem assegurado seu meio de vida por meio da manufatura de meios de destruição. Para um observador de fora, isso parece um perfeito absurdo, porque o excedente poderia ser usado para incrementar o investimento ou o consumo (...). Mesmo que seja um absurdo, tal método de manter o pleno emprego assegura ao capitalismo moderno regular o grau de estabilidade política, porque embora os níveis de consumo das massas não sejam tão altos como poderiam ser, ainda assim são muito mais altos do que os que prevaleceriam em condições de desemprego (...). Desse modo os trabalhadores nos países desenvolvidos alcançam [ou alcançavam] (...), condições de vida toleráveis, que os impedem de revoltar-se contra o sistema que mantém o pleno emprego por meio do desperdício de recursos ameaçador da paz mundial. (Kalecki, 1980 [1968], p. 131 e 132).

Ao considerar a possibilidade do pleno emprego ser promovido por meio de um “truque financeiro” engendrado pela ampliação das despesas governamentais, Kalecki, além de fazer considerações sobre o artifício armamentista e suas consequências (guerra, expansão territorial, etc.), não negligencia outras consequências políticas. Essas se tornam evidentes principalmente pela recorrente oposição dos capitalistas ao pleno emprego. Segundo o autor:

Na Grande Depressão dos anos 1930, os grandes negócios sempre se opuseram a experimentos para aumentar o emprego pelos gastos do governo em todos os países, exceto na Alemanha nazista. Isso se viu claramente nos EUA (oposição ao New Deal), na França (o experimento de Leon Blum) e na Alemanha antes de Hitler. Não é fácil explicar essa atitude. Claramente, maior geração de emprego beneficia não só os trabalhadores, mas também os empresários, porque seus lucros aumentam. E a política de pleno emprego (...) não prejudica os lucros porque não envolve qualquer tributação adicional. Na crise, os empresários anseiam por um boom; mas por que não aceitam de bom grado o boom sintético que o governo é capaz de oferecer? (Kalecki, 1943, p. 324)

Após levantar essa última questão, o autor argumenta que os capitalistas poderiam se opor à ampliação dos gastos do governo e ao pleno emprego, pois: (i) a despeito de possibilitar o aumento dos lucros (com exceção do lucro dos rentistas), prejudicaria o poder social dos patrões, já que se a ameaça da fila do desemprego acabasse, a classe trabalhadora adquiriria confiança e os patrões não conseguiriam mais manter os seus empregados subservientes em função do medo do desemprego. Greves por maiores salários e melhorias nas condições de trabalho se disseminariam e gerariam tensão política. Ao fim e ao cabo, segundo Kalecki, “disciplina nas fábricas e estabilidade política são mais apreciadas do que os lucros pelos líderes empresariais. Seu instinto de classe diz-lhes que

o pleno emprego duradouro não é saudável do seu ponto de vista, e que o desemprego é parte integrante do sistema capitalista normal” (Kalecki, 1943, p. 326); (ii) toda ampliação da atividade do Estado é encarada com desconfiança pelos empresários, mas a criação de emprego por meio de gastos do governo tem um aspecto especial que amplia a oposição. Sob *laissez-faire*, o volume de emprego, em grande medida, depende do estado de confiança dos capitalistas. Caso esse se deteriore, o investimento privado declina, impactando a produção e o emprego. A possível relação existente entre estado de confiança e crise econômica, possibilita aos empresários poderoso controle indireto sobre a política do governo. Mas assim que é colocado em marcha o aumento do emprego por meio de políticas fiscais expansionistas, essa forma de controle perde vigor. Por isso, “os déficits orçamentários necessários para realizar a intervenção do governo são considerados perigosos. A função social da doutrina das “finanças sólidas” é tornar o nível de emprego dependente do estado de confiança” (Kalecki, 1943, p. 325); (iii) poderia, do ponto de vista dos capitalistas, direcionar os gastos do governo inadequadamente para investimento público e subsídio ao consumo. O empresariado, além de temer a possibilidade de nacionalização de setores da economia, argumenta que os investimentos públicos sejam restritos a áreas que não competem com os negócios privados (pontes, rodovias, etc.), de outra maneira, a lucratividade do investimento privado poderia ser afetada e a consequência do investimento público em termos de criação de emprego poderia não ocorrer, em virtude da diminuição do investimento privado. Poder-se-ia, portanto, afirma Kalecki, esperar que os empresários fossem mais favoráveis aos subsídios ao consumo de massa. Porém, “subsidiar o consumo de massa é combatido muito mais violentamente por esses especialistas (...). Pois (...) os fundamentos da ética capitalista exigem que “você ganhará seu pão com seu suor” – a menos que você tenha meios privados (Kalecki, 1943, p. 325).

Não obstante, conforme ressaltado pela discussão apresentada a seguir, as conclusões presentes nos parágrafos anteriores – com exceção, em certa medida, da oposição política do empresariado ao aumento dos gastos do governo e suas consequências – seriam aplicáveis ao contexto das nações desenvolvidas. De outro modo, nos países subdesenvolvidos, as restrições de oferta, em virtude de gargalos na estrutura produtiva, e o consequente desemprego e subemprego existentes constituem os problemas centrais.

Não pretendemos negar que numa economia subdesenvolvida possa haver deficiência na demanda efetiva. Há muitos exemplos de países cujo equipamento de capital, apesar de diminuto, ainda assim é subutilizado. Entretanto, em contraste com as economias desenvolvidas, mesmo se esse equipamento for plenamente utilizado, não será capaz de absorver toda a força de trabalho disponível – do que resulta um padrão de vida muito baixo. Muito baixo não para todo mundo, é claro, mas certamente para a amplas camadas da população. A situação, portanto, não pode ser remediada por um truque financeiro, o principal problema sendo aqui a deficiência da capacidade produtiva, mais do que a anomalia de sua subutilização (Kalecki, 1980 [1968], p. 132).

O obstáculo crucial enfrentado pelas nações subdesenvolvidas, afirma Kalecki (1980 [1968]), é aumentar o investimento, não com o intuito de incrementar a demanda efetiva, mas sim de expandir a capacidade produtiva, processo necessário para o rápido crescimento da renda nacional. “A capacidade produtiva deve não somente ser plenamente utilizada, mas também ser rapidamente expandida, e isso, (...) é uma proposição muito mais difícil” (1980 [1968], p. 132).

Tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelas nações subdesenvolvidas, Kalecki evidencia em seu trabalho de 1968, quase simultaneamente, a existência de ao menos três problemas e as suas possíveis soluções para o incremento do investimento: (i) o volume de investimento privado poderia não alcançar a taxa necessária que resultaria no almejado incremento da renda nacional. Quando tal possibilidade ocorresse, o governo deveria tomar medidas para que o investimento total alcançasse o nível desejado; (ii) poderia, aparentemente, não haver recursos disponíveis para produzir mais bens de capital. Essa situação demandaria a localização de setores que ainda têm alguma capacidade de expandir a sua produção de bens de investimento, especialmente aqueles que se caracterizam pela possibilidade de operar mais intensivamente com mão de obra, como as indústrias de construção. Ademais, a expansão das exportações ou a redução da importação de bens não essenciais podem ocasionar aumento do investimento; (iii) mesmo que as primeiras duas questões estivessem equacionadas, a fim de evitar uma potencial pressão inflacionária, restaria o problema de garantir uma oferta adequada de bens de primeira necessidade, especialmente em decorrência do aumento do nível de emprego – abordaremos essa questão, dado o maior espaço que ocupa no trabalho de Kalecki de 1968, ao longo dos próximos parágrafos.

O gargalo na oferta de bens de primeira necessidade (alimentos), que dependem da elasticidade (ou inelasticidade) da produção agrícola nessas nações. Segundo o autor, o resultado de qualquer crescimento no emprego implicaria, caso a produção agrícola não respondesse prontamente ao incremento de demanda, uma resposta inflacionária dos preços dos bens de primeira necessidade. Desse modo, para evitar a pressão inflacionária, para não diminuir a produção de excedente e não agravar o desemprego e o subemprego no contexto dos países subdesenvolvidos, far-se-ia necessária a expansão da produção agrícola equiparando sua demanda.

Outro ponto importante, segundo Kalecki (1980 [1968]), diz respeito à necessidade de enfrentar o problema decorrente da crescente participação relativa do investimento na renda nacional, contrapeso da ampliação da taxa de crescimento dessa renda. Esse enfrentamento envolve a redução da participação do consumo na renda nacional, o que compreende a aplicação de impostos visando restringir o consumo de bens não essenciais. Para Kalecki, a tributação adequada dos ricos é necessária para incrementar o investimento, uma vez que reduziria a participação relativa desses bens. Tal ação faria com que a elevação da renda nacional fosse acompanhada pelo

aumento da produção de bens essenciais, o que coibiria pressões inflacionárias. Porém, o autor reconhece a dificuldade de implementar essa tributação nos países subdesenvolvidos, seja pela possibilidade de evasão de impostos, seja pelas dificuldades políticas para sua implementação. O planejamento, assim, é central e deve envolver não somente o volume, mas também a estrutura do investimento, entre a produção dos bens de primeira necessidade, aqueles menos essenciais e os de capital, buscando, por conseguinte, um relativo balanceamento entre os setores. Assim como os demais pioneiros, o autor indica que deveria haver uma intervenção governamental relativamente profunda – e, no caso de Kalecki, de longo prazo –, seja via investimento, seja via planejamento. Com relação aos investimentos:

De um lado, o governo terá que investir em todos os ramos da economia em que não haja adequado investimento privado, e de outro lado, o investimento privado terá de ser regulado, a fim de se evitar que o investimento real em alguns setores da economia ultrapasse o nível planejado (1980 [1968], p. 134 e 135).

Quanto a assegurar uma produção adequada de bens de primeira necessidade, segundo Kalecki (1980 [1968]), sem que se observassem mudanças institucionais substanciais, relacionadas especialmente à posse de terra, não seria possível acelerar o desenvolvimento agrícola. Essa observação é crucial na medida em que fundamentaria a necessidade de promoção de reforma agrária para racionalizar a produção agrícola.

Numa economia subdesenvolvida, a produção agrícola é obstruída por uma diversidade de limitações, as quais a impediria de crescer a uma taxa alta, mesmo que todos os recursos materiais estivessem disponíveis. Esses poderosos obstáculos ao desenvolvimento da agricultura são as relações (...) [existentes] no campo, (...) como a dominação dos camponeses pobres pelos comerciantes e credores. Assim, uma aceleração radical do desenvolvimento da agricultura é impossível se não forem introduzidas mudanças institucionais substanciais (...). É perfeitamente claro que a superação dos obstáculos às mudanças institucionais mantidos pela classe privilegiada é problema de solução mais difícil do que o truque financeiro para sanar a deficiência da demanda efetiva, crucial para as economias desenvolvidas (1980 [1968], p. 135).

A intensa atuação do governo assegurando o planejamento de certo volume e estrutura para os investimentos, a promoção do rápido desenvolvimento da agricultura e a adequada tributação dos ricos são processos que originam um enorme problema político, pois quando certos interesses são afetados, a reação por parte dos abastados rapidamente se desenvolve e se expressa de forma diversa e, recorrentemente, no âmbito dos países subdesenvolvidos, violenta. Tal como Kalecki afirma (1980 [1968], p. 136), “a superação de todos os obstáculos ao desenvolvimento (...) significa mais do que a revolta criada no século XVIII pela Revolução Francesa. Assim, não é surpreendente que essas reformas não sejam pacificamente levadas a cabo”.

É pouco provável que a trajetória de desenvolvimento esboçada acima seja encontrada na prática. Encontramos, sobretudo, segundo Kalecki (1980 [1968]), dois tipos de desenvolvimento: o não inflacionário, mas muito lento e o acelerado, mas combinado com forte dinâmica inflacionária. “E é essa a verdadeira razão da tensão política nos países subdesenvolvidos, mantida em cheque pelas ditaduras ou por outros mais sutis estratagemas” (Kalecki, 1980 [1968], p. 136). Ainda em suas palavras:

Pode-se ver agora que a diferença entre desenvolvimento e subdesenvolvimento em economias não socialistas pode ser formulada de uma forma muito simples. De um lado, os recursos existentes têm de ser mobilizados, e o capitalismo moderno aprendeu o truque de fazê-lo. De outro lado, os recursos têm de ser construídos, e isso requer profundas reformas que implicam mudanças revolucionárias (1980 [1968], p. 136).

Também por conta do hiato entre o crescimento e a oferta de bens de primeira necessidade, bem como as dificuldades de saná-lo internamente, para Kalecki (1976d [1967]) o crédito externo poderia ser importante, embora devesse estar sujeito a critérios de avaliação, assunto a ser retomado mais à frente.

Kalecki (1976a [1954]) discorre sobre as potenciais vantagens de importar capital. A quantidade de poupança necessária para financiar o investimento seria reduzida na medida em que se importasse capital, o que por sua vez diminuiria as pressões inflacionárias internas. A importação de capital seria ainda funcional para aliviar uma possível escassez de comércio externo, mesmo porque o próprio processo de desenvolvimento estabeleceria uma tendência constrangedora do balanço de pagamentos em virtude da necessidade de importações crescentes.

Nesse mesmo sentido, Kalecki (1976f [1970]) destaca que os créditos externos afetariam não apenas a questão da oferta dos bens de primeira necessidade e o equilíbrio do comércio externo em outras *commodities*, mas também o problema do financiamento do investimento, reduzindo a necessidade de taxaço da importação dos bens menos essenciais, bem como da taxaço dos grupos de mais alta renda, sendo que essa última contribuiria para diminuir justamente o consumo de bens menos essenciais ou de luxo. Por outro lado, se não fossem verificadas restrições à importação ou ao consumo de bens de luxo, a tendência ao direcionamento e à concentração de recursos para a satisfação do consumo, ou para a produção desses bens, continuaria posta. Por isso, mais uma vez, há a necessidade de avaliar as condições de absorção de recursos externos.

Na prática, conforme adverte Kalecki (1976a [1954]), financiar o desenvolvimento por meio da importação de capital, no geral, leva a problemas no balanço de pagamentos. Soma-se a esse problema potencial a grande dificuldade que os países subdesenvolvidos encontram em estabelecer condições de negociação mais favoráveis a eles ou mais seguras relativas à importação de capital.

Por isso a importância de, no contexto do subdesenvolvimento, melhorar os termos de troca, conforme argumentado na tese Singer-Prebisch.

Retomando a questão dos critérios de avaliação da recorrência a recursos externos anunciada anteriormente, Kalecki e Sachs (1976 [1966]) elencam dois critérios: o recurso externo deve melhorar as condições externas de crescimento da nação que recebe o auxílio; e a avaliação que baseia a busca pelo recurso externo se fundamenta em um conhecimento satisfatório dos problemas relacionados ao desenvolvimento econômico da nação receptora de recursos. Ou seja, para os autores, só se justifica a recorrência a recursos externos se eles contribuírem para a soberania produtiva (e, por conseguinte, a capacidade de pagamento futura) do país receptor, por meio, por exemplo, da diminuição dos gargalos na oferta de bens de capital, de bens de primeira necessidade, de bens intermediários e, inclusive, de bens de luxo.

Por fim, mesmo tendo em vista as grandes dificuldades a serem enfrentadas pelos países subdesenvolvidos para conseguirem empreender essas mudanças, Kalecki (1976c [1963]) pondera de maneira otimista que, apesar dos grandes obstáculos, esses não seriam problemas insuperáveis. No entanto, enfatiza que, sem planejamento deliberado e reformas institucionais profundas para remover os obstáculos institucionais ao rápido crescimento, de fato, seriam tarefas impossíveis às nações subdesenvolvidas superar as suas dificuldades e promover o desenvolvimento.

4 Considerações Finais: diálogos entre Lewis e Kalecki

Conforme sugerido ao longo deste artigo, as abordagens dos dois pioneiros aqui discutidos apresentam diversos paralelismos, relativos especialmente à consideração e ao destaque de algumas particularidades estruturais dos países subdesenvolvidos, as quais implicam, por sua vez, uma dinâmica diferenciada, bem como problemas particulares do desenvolvimento no contexto do subdesenvolvimento.

A hipótese de oferta ilimitada de mão de obra é a base para a formação do modelo de dualidade estrutural de Lewis, característica diferenciadora dos países subdesenvolvidos. Kalecki também não escapou à regra de implicações dos demais pioneiros do desenvolvimento econômico, apontando para o enfrentamento de gargalos da estrutura produtiva como questão central para a superação do subdesenvolvimento (Cardoso, 2018a). Kalecki, no entanto, concede maior ênfase ao papel estratégico do setor produtor de alimentos, uma vez que sua oferta insuficiente pode impor obstáculos inflacionários ao processo de crescimento.

Porém, nos dois casos, a identificação da condição de subemprego (para além do desemprego, observável em qualquer economia de mercado, mesmo nas mais avançadas) é sintoma de graves problemas diagnosticados na estrutura produtiva das economias subdesenvolvidas. Tais problemas decorrem da falta de capital e de capacidade produtiva de modo que, mesmo que toda a

capacidade instalada fosse ocupada, não seria possível empregar a mão de obra disponível em condições adequadas de produtividade. Para Lewis, a dualidade estrutural se representava pela imagem de "ilhas de modernidade em um mar de atraso"; para Kalecki, os problemas cruciais do subdesenvolvimento capitalista se refletiam mais em incapacidade produtiva do que propriamente em problemas de insuficiência de demanda efetiva.

Para Lewis, residia na classe dos capitalistas a capacidade de protagonizar o processo de acumulação de capital para fins de incremento da capacidade de produção e, por conseguinte, de geração de emprego e renda, de crescimento e desenvolvimento. Nessa perspectiva, a classe de proprietários de terra, de postura rentista, representava um obstáculo ao desenvolvimento. Assim, para Lewis, era necessário diminuir a quantidade de capital e recursos concentrada nesta classe para direcioná-los às mãos da classe capitalista. E, embora Lewis não abordasse explicitamente a questão da posse da terra, é possível inferir de sua reflexão que a reforma agrária seria uma maneira de diminuir o poder concentrado na classe ociosa de proprietários de terra.

Já Kalecki é explícito sobre a necessidade de promoção da reforma agrária, como forma de racionalizar a produção agrícola e, por isso, superar a dualidade estrutural característica dos países subdesenvolvidos. A concentração da posse da terra era um obstáculo para o incremento da eficiência produtiva do setor agrícola. Aqui vemos um paralelo interessante com Lewis, que também entendia a concentração de poder e riqueza na classe de proprietários de terra como prejudiciais ao processo de crescimento. No caso de Lewis, porque entendia que os capitalistas - ou seja, aqueles que investem na expansão da capacidade produtiva - seriam as personagens capazes de superar o "mar de atraso" dos países subdesenvolvidos, por meio da expansão das "ilhas de modernidade".

No entanto, para Kalecki, nem os capitalistas (na acepção de Lewis), nem os proprietários de terra deveriam escapar da taxaço de grandes fortunas. Essa forma de tributação seria uma maneira de coibir o consumo de bens menos essenciais, uma forma de garantir mais recursos para investimento e, por conseguinte, para expansão da capacidade produtiva e superação dos gargalos de oferta característicos dos países subdesenvolvidos. Aqui também reside outra diferença: Kalecki também é mais enfático do que Lewis sobre o papel indutor do Estado no processo de desenvolvimento. Em alguma medida, a taxaço de grandes fortunas por meio de uma mudança do sistema tributário fortaleceria o Estado para atuar como orquestrador do processo de desenvolvimento. Para Lewis, no entanto, a princípio, bastaria redirecionar os recursos concentrados pelos proprietários de terra aos capitalistas para viabilizar o incremento do investimento, tendo o Estado um papel, embora importante, mais restrito, ou seja, atuar onde o capital privado não atua.

Por fim, com relação à recorrência a capital externo, os autores se posicionam de forma bastante similar: considerando o contexto prévio de pobreza e escassez de recursos, a disponibilidade de recursos externos pode ser importante para os primeiros impulsos de crescimento, desde que sua busca e aplicação esteja baseada em objetivos condizentes com um plano de desenvolvimento. Ou seja, desde que sejam direcionados para a solução dos problemas na estrutura e capacidade produtivas dos países, pavimentando o caminho para se tornarem cada vez menos dependentes de capital externo no futuro - e não o contrário.

Embora com entonações ou destaques variados, a indicação da necessidade da promoção de reformas estruturais, relacionadas especialmente à posse da terra e à tributação ou distribuição de riqueza chamam a atenção nas formulações dos dois pioneiros abordados neste artigo, que partem de uma abordagem calcada na economia política clássica, a partir da qual não é possível entender a dinâmica econômica sem abordar as relações de poder que atravessam as classes sociais. Interferir na esfera distributiva era, para ambos, combustível para destravar as amarras do crescimento econômico e para pavimentar o caminho de superação do subdesenvolvimento.

Referências

- CARDOSO, Fernanda Graziella. *Nove Clássicos do Desenvolvimento Econômico*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018a.
- _____. Para além de Keynes: Kalecki, Complexidade e Subdesenvolvimento. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 49, p. 96-120, 2018b.
- FINDLAY, Ronald. 1980. *On W. Arthur Lewis' contributions to economics*. *Scandinavian Journal of Economics* 82(1), 62-76.
- _____. *Lewis, W. Arthur (1915-1991)* in Steven N. Durlauf and Lawrence E. Blume (coords.) *The New Palgrave Dictionary Of Economics*. Palgrave Macmillan, 2008.
- FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- KALECKI, Michal. *Teoria da dinâmica econômica*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas)
- _____. Political Aspects of Full Employment¹, *Political Quarterly*, 1943.
- _____. The problem of financing economic development. *Essays on Developing Economics*, The Harvester Press Limited, 1976a.
- _____. Unemployment in underdeveloped countries. *Essays on Developing Economics*, The Harvester Press Limited, 1976b.
- _____. The difference between perspective planning in socialist and mixed economies. *Essays on Developing Economics*, The Harvester Press Limited, 1976c.

_____. Observations on social and economic aspects of 'Intermediate Regimes'. *Essays on Developing Economics*, The Harvester Press Limited, 1976d.

_____. Problems of Financing Economic Development in a Mixed Economy. *Essays on Developing Economics*, The Harvester Press Limited, 1976f.

_____. SACHS, Ignacy. Forms of foreign aid: an economic analysis. *Essays on Developing Economics*, The Harvester Press Limited, 1976.

_____. A diferença entre os problemas econômicos cruciais das economias capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas. In: MiGLiOLi, J. (Org.); Fernandes, F. (coord.). Kalecki. coleção Grandes cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, [1968] 1980.

_____. Essays in the Theory of Economic fluctuations. Londres, Allen & Unwin, 1939.

Kalecki, 1943.

LEWIS, Arthur. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (coords.), *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Cia Editora Forense, 1969 [1954].

_____. LEWIS, A. *The Evolution of the International Economic Order*. Princeton, N.J: Princeton University Press, 1978.

_____. Autobiography, 1979. Disponível em: http://nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/1979/lewis-autobio.html. Acesso em 02/03/2024.

_____. *The Principles of Economic Planning*. George Allen & Unwin, 1956.

ROBINSON, Joan. Introduction. In *Essays on developing economics*. Hassocks: The Harvester Press Limited, 1976 (1974).

ROSENSTEIN-RODAN, Paul Narcys. Problemas da Industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (coords.), *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Cia Editora Forense, 1969 [1944].

SAWYER, Malcolm Kalecki, Michal (1899-1970) in Steven N. Durlauf and Lawrence E. Blume (coords.) *The New Palgrave Dictionary Of Economics*. Palgrave Macmillan, 2008.

TOPOROWSKI, Jan. Michal Kalecki e a política de pleno emprego, Jacobine. 22/06/2023.

_____. Michal Kalecki: An Intellectual Biography. Volume I Rendezvous in Cambridge 1899-1939. Palgrave Macmillan, 2013.